



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com os princípios do International Financial Reporting Standards ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil corporativo

A Estácio é segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto. Listada no Novo Mercado da Bovespa, a Companhia possui um padrão de governança corporativa diferenciado.

Em 31 de dezembro de 2018, a base de alunos da Estácio totalizava 517,8 mil alunos. A Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários e 44 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 92 campi e 607 polos de ensino à distância, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo.

O crescimento da Estácio no mercado é atribuído a alguns fatores preponderantes: (I) à qualidade de seus cursos e do seu corpo docente, (II) à adoção de modernas práticas de gestão, (III) às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, (IV) à localização estratégica de suas unidades e, (V) à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público-alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e de ensino a distância, nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferece também cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca Estácio é reconhecida e valorizada no mercado.

Cenário Econômico

O ano de 2018 foi marcado por oscilações no cenário econômico global. Com exceção dos Estados Unidos, o crescimento nas principais economias do globo permaneceu aquém do esperado. O protagonismo norte-americano trouxe fortalecimento do dólar frente as principais divisas internacionais, contribuindo para originar crises em países emergentes, como Turquia e Argentina. Na China, o crescimento econômico registrou o nível mais fraco desde a crise financeira, impactado, principalmente, pela disputa comercial com os EUA – que também contribuiu para limitar o crescimento global.

Em relação à economia brasileira, o país seguiu em recuperação lenta após um período de recessão. O ano de 2018 foi marcado por grandes incertezas, com destaque para aquelas associadas à questão fiscal e ao desequilíbrio estrutural das contas públicas, em particular a da previdência. Adicionalmente, outros fatores como a eleição presidencial e a greve dos caminhoneiros contribuíram para restringir o avanço da recuperação econômica.

Como resultado, ao longo do ano, observamos importante deterioração nas expectativas de crescimento do PIB. A mediana das estimativas dos analistas consultados pelo relatório Focus do Banco Central recuou de 3,0% no início do ano para 1,3% em dezembro. Tal conjunto de incertezas também pesou sobre a cotação do dólar frente ao real, que registrou alta de cerca de 22% no ano, encerrando 2018 cotada a R\$3,91, após atingir a máxima histórica de R\$4,19 em setembro, às vésperas da eleição presidencial.

A inflação, por outro lado, permaneceu sob controle a despeito da pressão dos preços dos combustíveis e de energia. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em novembro, o IPCA registrou avanço de 4,05%, abaixo do centro da meta de inflação do Banco Central (4,5%).

Embora o desemprego tenha permanecido elevado, com cerca de 12 milhões de desocupados, a taxa de desemprego recuou ao longo do ano, atingindo 11,6% na última medição do ano, registrando 7 quedas consecutivas e atingindo o menor percentual desde meados de 2016. Adicionalmente, após um longo ciclo de cortes na taxa de juros, a Selic atingiu sua mínima histórica em 6,5% ao ano, permanecendo neste patamar pela maior parte de 2018.

A combinação desses fatores promoveu um importante avanço na confiança do consumidor, o índice fechou o ano 5,7 pontos acima do mesmo período do ano anterior, fechando a 93,8' pontos em dezembro de 2018.

Apesar do cenário de incertezas e grandes desafios, a Estácio segue otimista em relação ao crescimento e desenvolvimento do Brasil, que continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, em especial no segmento de educação, com significativo mercado consumidor e com instituições fortes e independentes.

Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas

O ano de 2018 foi um importante marco para a Estácio. A despeito do cenário de grande incerteza econômica e lenta recuperação, a Companhia provou mais uma vez sua capacidade de entregar sólidos resultados, que nos motivam a seguir evoluindo em 2019.

Ao longo do ano, observamos resultados importantes do plano implementado ao final de 2017, com destaque para três grandes frentes de atuação: (i) reestruturação organizacional incluindo docentes, (ii) revisão do modelo de ensino (ex: compartilhamento e equivalência de matérias, percurso alternativo, oferta de turmas de dependência, dentre outras) e (iii) projetos de eficiência de custos/despesas.

Fonte: FGV

Para 2018, a Companhia implantou outras iniciativas que geraram importantes resultados.

Entre as iniciativas, destacamos a introdução do DIS (Diluição Solidária), modalidade que permitiu a Companhia acessar uma parcela da receita das primeiras mensalidades dos novos alunos captados que no passado eram concedidas com desconto total ou parcial. Nesse primeiro ano de operação do DIS observamos forte adesão do programa, chegando a corresponder por cerca de 80% da captação no ano, enquanto a evasão permaneceu dentro da expectativa da Companhia.

Resultamos também o nosso programa de parcelamento estudantil próprio (PAR), que encerrou o ano correspondendo a –5% da base de alunos presencial.

Essas ações contribuíram para preservar nosso ticket médio e captar novos alunos.

Adicionalmente, a Companhia ampliou e deu mais visibilidade ao segmento EAD Flex, uma modalidade de EAD, 100% digital com atividades práticas laboratoriais presenciais, que une a flexibilidade do curso a distância à experiência do campus. Apesar de recente, o modelo apresentou boa aceitação e será aprimorado e expandido ao longo de 2019. Este produto beneficia a receita do segmento EAD uma vez que possui ticket médio superior a modalidade 100% online.

Em termos operacionais, destacamos a forte expansão do EAD, com adição Líquida de 323 novos polos, totalizando 607 em 2018. A companhia lançou um total de 49 novos cursos e mais de 25 mil ofertas, quase 3 vezes mais que o número de ofertas ao final de 2017.

O segmento presencial avançou com a entrega de 3 campi de medicina conforme o Programa Mais Médicos I. Também inauguramos três novos greenfields e quase 350 novas ofertas, um aumento de 20% quando comparado ao final de 2017. Além disso, como evento subsequente, a Estácio anunciou em janeiro de 2019 o compromisso de execução para implantar três novos cursos de Medicina associados ao Programa Mais Médicos II com previsão de inauguração até o primeiro semestre de 2020. Assim, a Estácio se consolida como a instituição com maior número de alunos no setor de saúde.

A Companhia alcançou um novo patamar de eficiência de custos/despesas através de diversas iniciativas implantadas ao longo de 2018.

Com isso, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.619,4 milhões, um avanço de 7,1% em relação a 2017. Aliado a maior eficiência em custos, obtivemos sólido crescimento de 22,3% A/A no EBITDA ajustado, que totalizou R\$ 1.154,8 milhões com margem ajustada de 31,9%, aumento de 4,0 p.p. quando comparado a 2017. O lucro líquido registrou avanço de 51,9% A/A, atingindo R\$ 644,9 milhões.

Por fim, encerramos o ano de 2018 com Fluxo de Caixa Operacional (antes de CAPEX) em R\$1.056,7 milhões, 16,4% acima de 2017 e conversão EBITDA em FCO atingindo 73,9% (já ajustada pelo recebimento da PN-23).

Para 2019, enfrentaremos desafios como (i) cenário macroeconômico (ii) número elevado de formandos de alunos FIES e (iii) aumento da PDD decorrente da mudança de mix de base de aluno (diminuição da base de alunos FIES, crescimento dos programas DIS e PAR e de alunos EAD). Não obstante, estamos preparados para enfrentá-los e entregar resultados superiores para os nossos stakeholders. Nossos recursos serão direcionados para melhorar a experiência dos nossos alunos e professores, além de gerar impacto, na Receita: Aprimoramento do processo captação e retenção e aceleração da expansão dos polos EAD, produto Flex, lançamento de novos cursos e maturação de novos polos. Contaremos ainda com a expansão dos nossos cursos de saúde, impulsionados pela inauguração e maturação dos campi de medicina aprovados pelo programa Mais Médicos I e II. Pela ótica de custos/despesas (ex-PDD) buscaremos sustentar os avanços de eficiência que alcançamos ao longo de 2018, assim como capturar os ganhos de um ano completo em 2019. Por fim, encerramos o ano em 2018, o Fluxo de Caixa Operacional antes de CAPEX (FCO) foi positivo em R\$1056,7 milhões, 16,4% acima de 2017. Assim, a relação FCO/EBITDA antes do Capex, ajustada pelo recebimento da PN-23, foi 73,9% em 2018.

Por fim adotaremos postura regulatória proativa para estar à frente das mudanças que impactam nossa indústria e trabalharemos nosso posicionamento estratégico para nos tornarmos a opção inteligente no segmento de ensino superior.

Desempenho Financeiro

Os dados financeiros utilizados para elaboração da análise consideram o resultado consolidado da Estácio.

Em R\$ Milhões	2017	2018	Δ%
Receita Operacional Bruta	5.410,7	5.784,2	6,9%
Mensalidades	5.370,4	5.747,8	7,0%
Outras	40,3	36,4	-9,8%
Deduções da Receita Bruta	(2.031,8)	(2.164,8)	6,5%
Receita Operacional Líquida	3.379,0	3.619,4	7,1%
Custos dos Serviços Prestados	(1.777,1)	(1.632,8)	-8,1%
Lucro Bruto	1.601,9	1.986,6	24,0%
Margem Bruta	47,4%	54,9%	7,5 p.p.
Despesas Comerciais	(443,6)	(553,0)	24,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(598,3)	(614,3)	2,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(16,5)	(47,2)	N.A.
EBIT	543,5	772,0	42,0%
Margem EBIT	16,1%	21,3%	5,2 p.p.
(+) Depreciação e amortização	(194,3)	(195,4)	0,6%
EBITDA	737,8	967,4	31,1%
Margem EBITDA	21,8%	26,7%	4,9 p.p.
Lucro Líquido	424,6	644,9	51,9%
Margem Líquida	12,6%	17,8%	5,3 p.p.
EBITDA Ajustado	944,0	1.154,8	22,3%
Margem EBITDA Ajustada	27,9%	31,9%	4,0 p.p.

• **Receita operacional líquida.** Em 2018, a receita operacional líquida totalizou R\$3.619,4 milhões, um crescimento de 7,1% em relação a 2017. Essa variação é explicada pelas seguintes fatores: (I) crescimento do ticket médio, (II) novos cursos (presencial e EAD) e (III) expansão da base de alunos do seguimento EAD.

• **Custos dos serviços prestados.** Em 2018, o custo dos serviços prestados totalizou R\$1.632,8 milhões e 45,1% da receita operacional líquida, apresentando um ganho de margem de 7,5 p.p. quando comparado com o ano de 2017. O custo de pessoal reduziu em R\$152,8 milhões, devido a reestruturação organizacional ocorrida ao final de 2017, aumento de compartilhamento de disciplinas, percurso alternativo e maiores ofertas de disciplinas equivalentes e ofertas de turmas de dependência. Na linha de serviço de terceiros houve uma redução 5,3 milhões, fruto das iniciativas de eficiência da companhia.

• **Lucro Bruto.** O lucro bruto aumentou 24,0%, totalizando R\$1.986,6 milhões em 2018, em comparação aos R\$1.601,9 milhões registrados em 2017, acompanhando o crescimento da receita operacional líquida e resultado dos processos implementados para melhor gestão dos custos dos serviços prestados.

• **Despesas Comerciais.** As despesas comerciais totalizaram R\$553,0 milhões em 2018, contra R\$443,6 milhões em 2017, um aumento de 24,7%, devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos (PDD) em função do aumento de representatividade dos novos produtos de captação (PAR e DIS) na base de alunos.

• **Despesas gerais e administrativas.** Em 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$614,3 milhões, 2,7% acima do registrado em 2017. As despesas com pessoal reduziram R\$6,6 milhões, devido a ajuste no quadro de funcionários de apoio e sede. Na linha de serviço de terceiro houve um aumento em 47,8%, devido as consultorias contratadas ao longo do ano para conduzir os principais projetos de eficiência da companhia.

• **EBITDA ajustado.** No ano totalizou R\$ 1.154,8 milhões, avançando 22,3% em relação ao ano anterior e atingindo uma Margem EBITDA de 31,9% (+4,0 p.p. vs 2017). Contribuíram para este resultado: (i) o avanço da receita, influenciada pelo melhor mix da base, com ticket mais alto e maior oferta de cursos; (ii) pela expansão do EAD; (iii) o efeito positivo da introdução do DIS, que permitiu a Companhia acessar uma parcela da receita dada como desconto no passado; e (iv) eficiência operacional e redução relevante dos custos e despesas associadas a pessoal.

1- EBITDA Ajustado em R\$164,5 milhões no 4T18 e R\$193,1 milhões no 4T17 devido principalmente a despesas com reestruturação organizacional nas unidades e no corporativo e despesas com consultorias não recorrentes.

• **Lucro líquido.** O lucro líquido foi de R\$644,9 milhões, 51,9% acima do registrado no ano de 2017 com um ganho de margem de 5,3 p.p, em função da melhoria dos resultados operacionais e da redução das despesas financeiras.

• **Dividendos.** Em 2018, a Companhia distribuiu R\$500,8 milhões em dividendos aos seus acionistas.

• **Investimentos.** Em 2018, a Estácio investiu R\$248,5 milhões, um aumento de 58,3% quando comparado com o ano de 2017. Esse aumento está relacionado a melhorias em diversas unidades e expansão de novos cursos e melhorias dos já existentes. Durante o ano de 2018, a Estácio inaugurou três unidades do curso de medicina, no âmbito do projeto mais médicos: Juazeiro (BA), Alagoas (BA) e Jaraguá do Sul (SC), além de três *greenfields* localizados em São José do Rio Preto (SP), Goiânia (GO) e Volta Redonda (RJ).

• **Caixa.** Em 31 de dezembro de 2018, o caixa da Companhia totalizava R\$818,0 milhões, 56,0% acima em relação a 2017. Em dezembro a companhia aprovou uma emissão de Nota Promissória em série única, no montante total de R\$600,0 milhões. Como evento subsequente, em fevereiro, a companhia concluiu a emissão da Debenture V, no mesmo valor da nota promissória, emitido em duas séries de vencimento em 3 e 5 anos com custo de CDI +0,585% e CDI +0,785% respectivamente.

• **Endividamento.** O endividamento bancário da Estácio totalizou R\$875,8 milhões em 2018, representando um aumento 30,9% quando comparado ao ano de 2017. A Dívida Líquida da Estácio Alcançou 57,8 milhões, 60,1% menor que ao final de 2017.

• **Recupera de Ações:** ao longo de 2018, a companhia usou parte do caixa para recomprar as suas ações. Até setembro/18 a companhia recomprou um volume financeiro de R\$ 250 milhões em ações e atualmente detém 2,9% do capital social em tesouraria.

Desempenho Operacional

Ensino Presencial: Ao final de 2018, a base de alunos presencial totalizava 314,7 mil alunos, 8,7% a menos quando comparado ao ano de 2017. Esse resultado tem efeito da redução de 29,7% da base de alunos FIES. A base de alunos FIES totalizou 64,8 mil alunos ao final de 2018, representando 20,6% da base total de alunos do seguimento presencial. Excluindo-se o efeito da redução da base de alunos FIES, a base total de alunos (Ex-FIES) aumentou 7,1%, enfatizando os diferenciais da Estácio para atrair novos alunos e evidenciando a não-dependência do FIES no processo de captação. Seguimos com foco na qualidade do aluno captado e em políticas de retenção desses alunos, que no último semestre de 2018 alcançou 84% no seguimento presencial e 78% no seguimento de ensino a distância.

Ensino a distância – EAD: Em 2018, a base de alunos EAD apresentou um aumento de 19,0% em relação ao ano de 2017, totalizando 203,1 mil alunos, fortemente influenciada pela expansão de 323 novos polos em relação ao ano de 2017. O grande destaque do seguimento EAD foi na base de alunos EAD Flex que apresentou um aumento 36% em relação ao ano anterior, totalizando 20,6 mil alunos. A base de alunos 100% EAD apresentou um aumento de 20% em relação a 2017, totalizando 135,5 mil alunos.

Modelo Acadêmico

A Estácio desenvolveu e vem aperfeiçoando, ao longo dos últimos anos, um Modelo de Ensino nacionalmente integrado, que procura atender à diversidade de seus cursos e às diferentes necessidades acadêmico-pedagógicas de alunos e professores, garantindo a qualidade acadêmica, a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, respeitadas as demandas loco regionais, e assegurando a escalabilidade do negócio.

Com o objetivo de tornar efetivo o modelo e utilizar uma visão multidisciplinar na definição de projetos, planos e práticas pedagógicas, a Estácio adotou uma metodologia proprietária de construção coletiva do conhecimento, tendo a participação de docentes das diferentes IES do Grupo Estácio, em todo Brasil, na elaboração das matrizes curriculares e respectivos conteúdos.

Além dos currículos nacionalizados, o Modelo tem como pilares os recursos didáticos e a inovação tecnológica, plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de avaliação e programas de complementação e reforço acadêmico que, aplicados concomitantemente a práticas de gestão, permitem o permanente acompanhamento do desempenho dos alunos.

A recente geração de 86 matrizes curriculares, implantadas em 2018, incorpora inovações metodológicas, a partir da adoção de disciplinas híbridas, e consolida o uso intensivo de tecnologias digitais, promovendo a articulação e integração entre a sala de aula presencial e o ambiente virtual. Desse modo, as metodologias tradicionais cedem cada vez mais espaço a metodologias ativas, conferindo protagonismo ao aluno e oferecendo ao professor recursos para uma mediação pedagógica mais colaborativa e sintonizada com as novas mídias. Neste sentido, foi realizado um programa de capacitação dos docentes em metodologias ativas e desenvolvimento do projeto de modelagem e construção de Sala de Metodologias Ativas em mais de 30 Unidades.

Os diferentes objetos de aprendizagem produzidos ou curados pela Estácio ficam disponíveis em formato digital num único lugar, a SAVA (Sala de Aula Virtual de Aprendizagem), com acesso gratuito, disponível para todos os tipos de aparelhos (celulares, tablets, computadores), *on time* e sem necessidade de solicitação. Essa convergência midiática permite reunir, em um mesmo ambiente virtual, todos os recursos didáticos para alunos e professores, garantindo o acesso integral aos livros da Biblioteca Virtual, além de portais de periódicos, livro didático próprio, vídeos, conteúdo *online*, *smartbooks*, roteiros de estudo, apresentações utilizadas nas aulas e outros recursos.

Esse conjunto, somado às atividades acadêmicas complementares com seus eixos transversais voltados para cidadania, empreendedorismo, direitos humanos e sustentabilidade, contribui para a formação de profissionais competentes e com melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

Finalmente, o modelo de ensino é uma forma de responder à necessidade de escalabilidade, mobilidade e sustentabilidade dos serviços educacionais prestados pela Estácio, com o aprimoramento permanente da qualidade acadêmica e da responsabilidade social.

Qualidade de ensino e Gestão da Aprendizagem

A Estácio implantou uma série de ferramentas e processos que permitem aos professores e equipes acadêmicas monitorar a qualidade acadêmica e a satisfação dos alunos, bem como identificar as fragilidades e potencialidades de cada um dos alunos a partir do desempenho em provas, exercícios e simulados.

Com a contribuição de seus professores, a Estácio conta com um banco de questões com cerca de 640 mil itens validados para uso em simulados e avaliações, além das questões produzidas e em processo de validação. Esse recurso permite que sejam realizadas provas nacionais integradas e projetos de reforço acadêmico, o que possibilita uma análise minuciosa dos resultados e consequentes dados analíticos ricos, inteligentes a ponto de permitirem ajustes de desvios, ranking, médias, percentuais de desempenho em todos os níveis (por aluno, turma, unidade, curso, região). Baseada nas análises dos relatórios de desempenho acadêmico, a Estácio vem continuamente aprimorando a gestão da aprendizagem e os projetos de retenção acadêmica. Em 2018, o Programa de Reforço Acadêmico envolveu os seguintes projetos:

- "Avaliando o Aprendizado", com mais de 75% da base de alunos presenciais realizando simulados preparatórios para as avaliações;
- "Nova Chance", com mais de 92 mil alunos em programa de recuperação paralela tendo chances reais de reversão de resultados ruins;
- "Prepara", com mais de 93 mil acessos a aulas de revisão ao vivo e chat antes das principais provas;
- Simulado AV1, com mais de 182 mil simulados realizados, oportunizando obtenção de pontos extras na primeira avaliação por meio de simulados realizados pelos alunos nas primeiras semanas de aula e;
- "Dependência", com mais de 22 mil alunos reprovados em disciplinas cursando a disciplina em dependência simultaneamente ao semestre subsequente, em menor tempo e sem impacto na sua progressão acadêmica quando aprovado.

Além disso, foram revisados os critérios de avaliação de diversas disciplinas e implantado o projeto piloto de avaliação formativa em 7 disciplinas que são compartilhadas entre cursos comuns a uma mesma área de conhecimento.

Regulatório

Avaliação: ENADE e visitas in loco

O resultado dos cursos das Instituições da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2017 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de dezembro de 2018. Dos 253 cursos (nas modalidades presencial e EAD), das áreas de Tecnologia da Informação, Engenharias e Licenciaturas avaliados com conceitos que variam em uma escala de faixa de 1 a 5, 95% obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório.

Todas as Instituições da Estácio obtiveram Índice Geral de Cursos (IGC) satisfatório, sendo que sete Instituições receberam nota 4, em uma escala de 1 a 5.

Em relação às visitas *in loco*, igualmente relevante para a consolidação do modelo em termos regulatórios, das avaliações realizadas pelo MEC em todo o Brasil em 2018 (131 visitas para verificação de cursos e 7 visitas de polos e Instituições), 100% receberam notas 3, 4 ou 5, em uma escala de 1 a 5.

Avaliação: Mestrado e Doutorado

Em razão da periodicidade quadrienal, a boa avaliação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) vem sendo mantida, segundo a escala da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Mestrado e Doutorado em Direito com a nota 5 é destaque no estado do Rio de Janeiro. A qualidade atestada pela nota 4 dos Mestrados e Doutorados em Educação e em Odontologia, a mesma avaliação dos Mestrados Profissionais em Administração e Desenvolvimento Empresarial e em Saúde da Família, indica a continuação da excelência desses cursos.

Creenciamento de novas Instituições

Durante o ano de 2018, o MEC publicou as portarias de credenciamento de mais quatro Instituições Estácio:

i) **Faculdade Estácio de Maringá** (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Maringá, estado do Paraná, com uma autorização para a oferta dos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 100 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com 100 vagas anuais.

ii) **Faculdade Estácio de Passos** (aprovada com nota 4 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Passos, estado de Minas Gerais, com uma autorização para a oferta dos seguintes cursos: Pedagogia (Licenciatura), com 80 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 80 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 80 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 60 vagas anuais, e Curso Superior de Tecnologia em Logística, com 80 vagas anuais.

Projeto Mais Médicos I – Edital nº 6/2014/SERESMEC – Credenciamento de Instituições e Autorização de Cursos de Medicina

i) **Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul:** no dia 8 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina, com 50 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

ii) **Faculdade Estácio de Alagoas:** no dia 28 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Alagoas e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Alagoas, no estado da Bahia, com 65 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

iii) **Faculdade Estácio de Juazeiro:** no dia 28 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Alagoas e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Alagoas, no estado da Bahia, com 55 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

Projeto Mais Médicos II – Edital nº 1/2018/SERES/MEC

No dia 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Portaria nº 924/2018, que homologou o resultado final do Edital nº 1/2018/SERES/MEC, com a seleção de 3 propostas apresentadas pela Estácio: Castanhal/PA (credenciamento de nova IES e autorização de curso de Medicina), Quixadá/CE (credenciamento de campus fora de sede de uma IES já existente no estado do Ceará – Centro Universitário Estácio do Ceará – e autorização de curso de Medicina), e Canindé/CE (credenciamento de nova IES e autorização de curso de Medicina)

Governança Corporativa

Qualidade, excelência de gestão, integridade empresarial, conformidade ética e disseminação do acesso à educação no país são compromissos da Estácio com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos.

Em novembro de 2008, aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa Administração. Com isso, a Estácio passou a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como: capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Com a pulverização do capital em outubro de 2010, a Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, tais como: (i) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais (ii) associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), a partir de 2012; (iii) publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, a partir de 2014, com adoção da metodologia da *Global Reporting Initiative* ("GRI") e suas Diretrizes G4, segundo padrões internacionais de governança; (iv) publicação de Políticas Corporativas, como Política de Negociação de Valores Mobiliários (2007), Política de Ato e Fato Relevante (2007), Política Transações entre Partes Relacionadas (2015), Política de Gerenciamento de Riscos (2017, atualizado em 2018), Política de Remuneração (2018), Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês (2018), Política de Segurança da Informação (2017, atualizado em 2018), Código de Ética e de Conduta (2008, atualizado em 2016) e Código Anticorrupção (2016), em conjunto denominadas Políticas Corporativas da Companhia.

A partir de 2017, considerando as novas regras de governança e *compliance* outorgadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão S.A. ("B3"), bem como as melhores práticas adotadas no mercado nacional e internacional, a Companhia passou e disseminar práticas de governança para todos os seus *stakeholders*, como por exemplo: (i) Campanhas institucionais internas periódicas de *compliance*; (ii) treinamentos periódicos aos Colaboradores e Administradores; (iii) atualização e criação de políticas corporativas, regimentos internos e códigos, divulgadas no website (www.estacio.br/ri), no Portal de Governança da Companhia e nos sistemas dos agentes reguladores; (iv) transformação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários; (v) criação de Comitês de Assessoramento à Diretoria; (vi) reformulação do escopo de atuação de auditoria interna e implementação de uma área de gerenciamento de riscos; (vii) criação de um Canal Confidencial de Denúncias; (viii) utilização e fidelização do Portal de Governança utilizados pelos Administradores da Companhia, pelos membros do Conselho Fiscal e pelos membros dos Comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração - um canal versátil e prático de acesso e guarda de informações da Companhia, de forma segura e transparente, aos principais documentos da Companhia, bem como à agenda de reuniões, pautas, material de apoio, atas, relatórios, políticas, códigos, regimentos, estatuto, bem como ter a possibilidade de revisar documentos, aprova-los e imprimi-los.



(II) Transações com pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação o mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).
A Companhia possuía o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "LP" tinha como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependia do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, foi paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorreu cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 20(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos
A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

(v) Provisão para devedores duvidosos
Conforme descrito na nota 13, a partir de 1º de janeiro de 2018 a PDD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para devedores duvidosos com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu pela suficiência da provisão considerando os critérios mencionados.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24 Demonstração do valor adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25 Informações por segmento
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	146	241	13.686	13.996
Caixa e equivalentes de caixa	146	241	13.686	13.996
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos)	195.159	28.354	636.380	361.334
LFS (Fundos exclusivos)	30.809	7.709	100.463	98.294
CDB	8.640	8.213	49.630	30.000
CDB (Fundos exclusivos)	38	1.092	125	13.920
Operações compromissada	-	44	-	57
Compromissada (Fundos exclusivos)	4.996	373	16.290	4.760
Títulos Públicos (Fundos exclusivos)	30	35	1.457	1.945
Título de capitalização	-	-	65	140
Títulos e valores mobiliários	239.672	45.820	804.360	510.459

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2018, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".
As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFS, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A remuneração média dos fundos de investimento em 2018 foi de 98,59% do CDI (00,01% em 2017). Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 98,93% em 2018 (99,51% em 2017).

As informações das controladas estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
					Ágio	Ágio		
SESES	100%	610.677	1.640.235	601.784	1.038.451	-	-	376.058
IREP	100%	515.080	1.205.630	228.027	977.603	62.442	-	246.018
NACP	100%	15.699	4.030	1.170	2.860	-	-	1.764
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	-	(30)
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	127.381	55.007	72.374	-	(2.230)	70.144
	-	-	2.977.307	886.054	2.091.253	62.447	(2.230)	2.151.470

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante da controlada.
O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:
Investimentos em controladas em 2016: 2.305.020
Equivalência patrimonial: 550.330
Adiantamento para futuro aumento de capital: 10.205
Opções outorgadas: 7.458
Dividendos adicionais de 2016: (350.000)
Dividendos em 2017: (390.957)
Impairment (goodwill): (14.018)
Incentivos de longo prazo: 94
Investimentos em controladas em 2017: 2.118.132
Equivalência patrimonial: 700.681
Adiantamento para futuro aumento de capital: 16.239
Dividendos adicionais de 2017: (330.000)
Dividendos em 2018: (310.000)
Opções outorgadas: 7.678
Adoção de novas praticas IFRS 09 (Nota 1.3): (5.128)
Investimentos em controladas em 2018: 2.151.500
As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2018.
Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2018	2017
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	538.914	505.108
ANEC - Sociedade Natalse de Educação e Cultura ("FAL")	11.859	12.213
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	28.747	30.726
	579.520	548.047

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		Fundo de Comércio	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
					Ágio	Ágio		
UNIUL	100%	9.478	1.402	705	697	956	-	1.653
IDEZ	100%	7.297	2.277	1.177	1.100	2.047	-	1.118
SEAMA	100%	4.407	31.455	5.914	25.541	18.035	-	5.283
FARGS	100%	8.606	16.256	6.129	10.127	8.055	-	(893)
SÃO LUIS	100%	3.795	84.529	32.391	52.138	27.968	-	79.506
FACITEC	100%	6.051	30.368	9.730	20.638	26.654	-	47.292
ASSESC	100%	2.416	4.286	1.960	2.326	4.723	-	7.049
IESAM	100%	2.810	74.295	23.476	50.819	26.797	12.811	16.965
Estácio Amazonas	100%	46.957	37.572	15.045	22.527	26.214	-	48.741
CEUT	100%	16.938	29.583	10.579	19.004	27.568	818	47.390
FNC	100%	22.328	31.570	12.218	19.352	72.046	3.924	95.322
FCAT	100%	11.341	22.478	7.518	14.960	20.121	1.918	36.999
FUFS	100%	13.593	12.591	2.857	9.734	6.255	452	16.441
			378.662	129.699	248.963	266.839	19.923	535.725

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2017	2018
Investimentos em controladas em 2016	500.224	-
Equivalência patrimonial	78.566	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.930	-
Amortização de fundo de comércio	(12.904)	-
Dividendos em 2017	(53.464)	-
Investimentos em controladas em 2017	523.352	-
Equivalência patrimonial	83.306	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.028	-
Dividendos adicionais de 2017	(20.000)	-
Dividendos em 2018	(42.374)	-
Amortização de fundo de comércio	(9.601)	-
Adoção de novas praticas IFRS 09	(8.986)	-
Investimentos em controladas em 2018	535.725	-

(b) Intangível - Consolidado

	2017					2018				
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado
Custo										
Ágio em aquisições de investimentos	1.181.481	-	-	-	-	1.181.481	-	-	-	-
Direito de uso de software	272.394	63.752	(736)	(15)	(399)	334.996	-	-	-	-
EAD e Integração	18.298	-	-	-	-	18.298	-	-	-	-
Central de Ensino	76.677	10.233	-	-	-	86.910	-	-	-	-
Arquitetura de TI	21.664	-	-	-	-	21.664	-	-	-	-
Conteúdo de disciplinas online	7.821	222	-	-	-	8.043	-	-	-	-
Fábrica de conhecimento EAD	33.868	5.436	-	-	-	39.304	-	-	-	-
Banco de questões	10.703	933	-	-	-	11.636	-	-	-	-
Fundo de Comércio	173.503	-	-	-	-	173.503	-	-	-	-
Outros	27.994	7.235	(413)	15	(399)	34.231	-	-	-	-
	1.823.803	87.811	(1.149)	-	(399)	1.910.066	-	-	-	-
Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Amortização				
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)	-	-	-	(6.924)	-	-	-	-
Direito de uso de software	20% a.a.	(192.746)	(45.179)	730	827	(236.368)	-	-	-	-
EAD e Integração	20% a.a.	(16.408)	(808)	-	-	(17.216)	-	-	-	-
Central de Ensino	10% a.a.	(19.912)	(11.106)	-	-	(31.018)	-	-	-	-
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(8.530)	(3.845)	-	-	(12.375)	-	-	-	-
Conteúdo de disciplinas online	20% a.a.	(6.436)	(5.711)	-	-	(7.007)	-	-	-	-
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a.	(4.537)	(4.247)	-	-	(5.624)	-	-	-	-
Banco de questões	20% a.a.	(3.442)	(2.182)	-	-	(5.624)	-	-	-	-
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(139.945)	(22.635)	-	-	(153.580)	-	-	-	-
Outros	20% a.a.	(13.716)	(3.874)	-	-	(17.590)	-	-	-	-
		(403.595)	(94.247)	799	827	(496.246)	-	-	-	-
Saldo residual líquido	1.420.208	(6.436)	(380)	428	1.413.820	-	-	-	-	-

A Companhia não possui ativos financeiros desreconhecidos e operações com derivativos. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 16.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Mensalidades de alunos	846.528	473.081
FIES (a)	153.786	600.725
Convênios e permutas	23.283	21.129
Cartões a receber (b)	73.769	58.337
Acordos a receber	72.689	91.570
	1.170.055	1.244.842
Provisão para devedores duvidosos	(402.646)	(205.062)
Valores a identificar	(11.338)	(4.298)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(83.019)	(11.384)
	711.052	1.024.098
Ativo circulante	571.854	991.404
Ativo não circulante	139.198	32.694
	711.052	1.024.098

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2018 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e DIS (Diluição de mensalidade). A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	3.597	4.589
2020	12.656	3.376
2021	42.997	16.829
2022	146.255	52.583
2023 a 2024	63.869	391
(-) Ajuste a valor presente PAR, DIS e Educar (c)	(45.019)	(11.384)
(-) Provisão para devedores duvidosos PAR, DIS e Educar	(85.157)	(33.690)
Ativo não circulante	139.198	32.694

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.
O DIS é a modalidade de parcelamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Em agosto de 2018 a Companhia recebeu a última parcela referente ao saldo negociado com o governo em 3 de fevereiro de 2016 no montante de R\$ 342.099.

(i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.

(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociações de mensalidades em atraso.
(c) O ajuste a valor presente em 2018 soma R\$ 45.019 (R\$ 36.626 referente ao PAR, R\$ 8.110 ao DIS e R\$ 283 referente ao programa Educar Amazônia) e em 2017 soma R\$ 11.384 (R\$ 11.195 referente ao PAR e R\$ 189 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2018	%	2017
FIES	153.786	7	600.725
A vencer	482.732	41	175.834
Vencidas até 30 dias	99.612	9	91.720
Vencidas de 31 a 60 dias	97.046	8	63.660
Vencidas de 61 a 90 dias	82.811	7	57.762
Vencidas de 91 a 179 dias	87.127	8	77.672
Vencidas há mais de 180 dias	166.941	14	177.469
	1.170.055	100	1.244.842



Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP		89.090		89.090
ATUAL		15.503		15.503
Seama		18.035		18.035
Idex		2.047		2.047
Uniuol		956		956
Fargs		8.055		8.055
São Luis		27.369		27.369
Facitec		26.654		26.654
Assesc		4.723		4.723
Iessam		26.797		26.797
Estácio Amazonas		26.214		26.214

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Estácio Editora			5	5
Estácio Ribeirão Preto	9.371	9.371	9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding	770.694	770.694	770.694	770.694
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>1.174.557</u>	<u>1.174.557</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao

10. Imobilizado
Imobilizado - Consolidado

	2017					2018				
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do Intangível	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do Intangível
Custo										
Terenos	19.295					19.295				
Edificações	208.737	14.706	(143)	5.441	(357)	228.384				
Benefetórias em imóveis de terceiros	248.758	37.110	(4.721)	14.652		295.799				
Móveis e utensílios	96.317	16.946	(3.398)	(15)	1	109.851				
Computadores e periféricos	154.408	10.954	(2.999)	4	772	163.139				
Máquinas e equipamentos	117.137	15.305	(448)	2	33	132.029				
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	48.283	13.973	(406)	4	1	61.854				
Biblioteca	159.081	9.579	(1.048)		4	167.613				
Instalações	5.615	2.278	(125)	152		53.920				
Tablets	37.974		(5.522)	(10)		32.442				
Construções em andamento	6.659	27.909		(20.183)		14.385				
Desmobilização	22.196	4.892	(137)			26.951				
Outros	10.731	7.051	(1.077)	(7)	(103)	16.595				
	<u>1.181.191</u>	<u>160.703</u>	<u>(20.024)</u>	<u>36</u>	<u>351</u>	<u>1.322.257</u>				
Taxas de depreciação										
Depreciação	1,67% a.a.	(59.546)	(3.770)	122	18	(63.174)				
Edificações	11,11% a.a.	(134.199)	(29.702)	5.607	(66)	(158.360)				
Benefetórias em imóveis de terceiros	8,33% a.a.	(54.388)	(7.709)	3.206	(1)	(58.893)				
Móveis e utensílios	25% a.a.	(118.348)	(17.732)	2.984	(731)	(133.827)				
Computadores e periféricos	8,33% a.a.	(58.799)	(16.529)	302	(33)	(75.059)				
Máquinas e equipamentos	6,67% a.a.	(19.740)	(9.153)	233	(4)	(22.664)				
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	5% a.a.	(69.061)	(7.116)	655	(1)	(75.523)				
Biblioteca	8,33% a.a.	(18.233)	(3.733)	112		(21.854)				
Instalações	20% a.a.	(27.469)	(6.427)	5.376	10	(28.510)				
Tablets		(12.204)	(4.336)	61		(16.479)				
Desmobilização		(6.788)	(931)	918	(3)	(6.809)				
Outros	14,44% a.a.	(578.775)	(101.138)	19.576	(36)	(651.152)				
		<u>602.416</u>	<u>59.565</u>	<u>(448)</u>	<u>(428)</u>	<u>661.105</u>				

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	2017		2018	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Arrendamentos financeiros capitalizados	82.542	17.017	(3.332)	96.227
	<u>82.542</u>	<u>17.017</u>	<u>(3.332)</u>	<u>96.227</u>

Taxa de depreciação

	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Arrendamentos financeiros capitalizados 10 a 33,33% a.a.	(43.467)	(21.920)	3.332	(62.055)
	<u>(43.467)</u>	<u>(21.920)</u>	<u>3.332</u>	<u>(62.055)</u>

Saldo contábil líquido

	2017	2018
	<u>39.075</u>	<u>(4.903)</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, tais como ar condicionados e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos é do Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução do Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2018 de 2017 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade Encargos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contratos de arrendamento mercantil				
Colortel	INPC + 0,32% a.a.		11.084	22.167
Contratos de arrendamento mercantil MB	IGPM/FGV a.a.		10.412	
Outros contratos de arrendamento mercantil	IGPM, IGP-DI / FGV a.a.		5.877	2.816
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m.		5.675	13.696
Empréstimo IFC	CDI + 1,53% a.a.	30.764	30.764	
Custos de captação IFC	(1.220)	(1.220)		
Segunda emissão de debêntures	CDI + 1,18% a.a.	121.840	244.053	121.840
Quarta emissão de debêntures	CDI + 1,50% a.a.	50.214	106.421	50.214
Custos de captação de debêntures	FGV a.a.	(497)	(1.278)	(497)
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a.		7.372	9.227
Empréstimo Financ	6% a.a.	3.674	4.248	3.674
Notas promissórias Itaú (2ª Tranche)	CDI + 1,65% a.a.	142.854	142.854	142.854
Notas promissórias Itaú (3ª Tranche)	CDI + 1,25% a.a.	601.564	601.564	601.564
Custos de captação de notas promissórias	(427)	(427)		
	<u>776.795</u>	<u>519.415</u>	<u>817.215</u>	<u>567.321</u>
Passivo circulante	773.709	326.072	795.789	349.274
Passivo não circulante	3.086	193.343	21.426	218.047
	<u>776.795</u>	<u>519.415</u>	<u>817.215</u>	<u>567.321</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	587	178.993	196.894	
2020	587	9.431	6.829	12.964
2021	587	3.109	4.327	5.745
2022	587	587	2.450	1.347
2023	587	587	2.007	903
2024	587	587	1.875	745
2025 a 2028	151	49	3.938	49
Passivo não circulante	<u>3.086</u>	<u>193.343</u>	<u>21.426</u>	<u>218.047</u>

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Os valores dos empréstimos do Grupo são em reais.

Em abril de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste (BNI) no valor financeiro de R\$ 4.100 financiado desde o início do contrato em 2013. O valor da liquidação executada em abril de 2017 foi de R\$ 225.

Em setembro de 2017, a Companhia finalizou o pagamento da 3ª emissão de debêntures (ESTC13) emitida em setembro de 2015 no valor de R\$ 187.000.

Em novembro de 2017, a Companhia liquidou a primeira de duas tranches da emissão de Notas Promissórias realizada em novembro de 2016. Sendo essa tranche no valor de R\$ 175.000 ao custo de 100% do CDI + 1,50%a.a. O valor da liquidação executada em novembro de 2017 foi de R\$ 187.000.

Em abril de 2018, a Companhia liquidou parcialmente a segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 69.400, lançadas em outubro de 2014.

Em maio de 2018, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao IFC (IFC I e IFC II), no valor de R\$ 48.500, e R\$ 20.340, financiado desde o início do contrato em 2011 e 2012, respectivamente. O valor da liquidação executada em maio de 2018 foi de R\$ 20.500 (IFC I) e R\$ 9.800 (IFC II).

Em junho de 2018, a Companhia liquidou parcialmente a quarta emissão de debêntures no valor de R\$ 53.900, lançadas em dezembro de 2016. Saldo residual de principal de R\$ 50.000.

Em novembro de 2018, a Companhia liquidou a segunda tranche da emissão de notas promissórias realizada em novembro de 2016. O valor da liquidação executada em dezembro de 2018 foi de R\$ 152.700.

Em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a segunda emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 600.000 com vencimento em 08 de março de 2019 ao custo de 105,75% do CDI.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2018 de 2017, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	330	352	102.370	120.652
Provisão de férias			31.284	37.988
	<u>330</u>	<u>352</u>	<u>133.654</u>	<u>158.640</u>

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS a recolher	5	5	18.335	15.300
IRRF a recolher	88	95	13.310	13.589
PIS e COFINS a recolher	93	72	2.838	3.703
IOF a recolher			64	64
	<u>186</u>	<u>172</u>	<u>34.547</u>	<u>32.656</u>
IRPJ a recolher			788	31.111
CSLL a recolher			253	13.027
	<u>186</u>	<u>172</u>	<u>35.588</u>	<u>76.794</u>

14. Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ	533	48	1.067	1.173
CSLL	48	1.144	907	5.379
FGTS	810	1.457	1.457	
ISS	1.345	3.332		
PIS	91	113		
COFINS	704	893		
INSS	6.490	7.430		
OUTROS	220	184		
	<u>10.241</u>	<u>14.596</u>		
Passivo circulante	3.563	4.295		
Passivo não circulante	6.678	10.301		
	<u>10.241</u>	<u>14.596</u>		

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	1.551	1.215	2.105	
2020	1.144	907	1.144	907
2021	1.144	892	1.144	892
2022	1.110	890	1.110	890
2023 a 2029	1.743	4.292	6.678	10.301
	<u>6.678</u>	<u>10.301</u>		

15. Preço de aquisição a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
FACITEC			2.922	
SÃO LUIS	9.140		8.588	
IESAM	10.914		13.021	
Estácio Amazonas	2.801		2.728	
CEUT	3.974		4.660	
FNC	13.886		26.102	

16. Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a provisão para contingências era composta



(e.3) Excesso de reserva de lucros
De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembleia geral realizada em 15 de março de 2018 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 8.946.

(f) Dividendos
O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Em 2018, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 no montante de R\$ 100.840 (Em 2017 foram pagos R\$ 87.424 relativos ao exercício de 2016).

Em 20 de dezembro de 2018, foram pagos no montante de R\$ 400.000 referente a distribuição de dividendos intermediários aprovado pelo Conselho de Administração, oriundos da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício da controladora	644.873	424.550
Constituição da reserva legal (Art. 199 da Lei nº 6.404)	(32.484)	(21.230)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	612.629	403.360
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	153.157	100.840
Quantidade de ações em 31 de dezembro	309.088.851	317.896.418
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.975.936)	(8.461.767)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,51033	0,32588

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:
Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

18.1 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	Consolidado	
	2018	2017
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	804.360	510.450
	804.360	510.450

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não são observáveis e dados observáveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

18.2 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre do eventual default de cobrança dos valores dos serviços prestados. O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agências de crédito Standard & Poor's, Fitch ou Moody's. Para caso de dois ou mais ratings, será considerado o rating da maioria. Em casos de ratings distintos, a Companhia utilizará o maior rating como base.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos fi-

nanceiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. A Companhia vem implementando medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido da controladora, tais como: o controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários, para obter o equilíbrio econômico financeiro no curto e médio prazo.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2018				
Fornecedores	105.812			
Empréstimos	775.477	3.205	5.605	871
Obrigações com arrendamento financeiro	20.042	6.335	2.554	7.572
Preço de aquisição a pagar	34.488	12.348	2.363	
Em 2017				
Fornecedores	70.923			
Empréstimos	327.955	193.357	20.652	1.850
Obrigações com arrendamento financeiro	21.322	15.247	2.889	
Preço de aquisição a pagar	57.109	28.486	3.361	

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2018 (6,40% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras" não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operações	Risco	Cenário elevação do CDI		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	8,00%	9,60%
R\$ 804.360		51.479	64.349	77.219
Debitantes II	CDI+1,18	7,66%	9,27%	10,89%
R\$ 121.533		(9.304)	(11.272)	(13.239)
Debitantes IV	CDI+1,50	8,00%	9,62%	11,24%
R\$ 50.024		(4.000)	(4.812)	(5.625)
NPs	105,75% CDI	6,77%	8,46%	10,15%
R\$ 601.564		(40.714)	(50.892)	(61.071)
Posição líquida		(2.539)	(2.627)	(2.716)

Operações	Risco	Cenário queda do CDI		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	4,80%	3,20%
R\$ 804.360		51.479	38.609	25.740
Debitantes II	CDI+1,18	7,66%	6,04%	4,42%
R\$ 121.533		(9.304)	(7.337)	(5.369)
Debitantes IV	CDI+1,50	8,00%	6,37%	4,75%
R\$ 50.024		(4.000)	(3.188)	(2.375)
NPs	105,75% CDI	6,77%	5,08%	3,38%
R\$ 601.564		(40.714)	(30.535)	(20.357)
Posição líquida		(2.539)	(2.451)	(2.361)

(f) Gestão de Capital

A dívida da Companhia em relação ao Patrimônio Líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	817.215	567.321
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(13.686)	(13.996)
Dívida líquida	803.529	553.325
Dívida líquida sobre patrimônio líquido	2.591.409	2.777.257
	0,31	0,20

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

19 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2018	2017
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	150.000
Responsabilidade civil dos empregados	10.000	10.000
Seguro patrimonial (I)	130.406	68.396
Vida em grupo	610.333	487.026

(i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matrizes-primas.

20. Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 19.942 e R\$ 21.988, respectivamente, remunerados estas dentro dos limites aprovados em respectivas assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 1º e 2º Programas, em 20 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGP/M desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2018 o número de opções outorgadas, que foram exercidas foi de 12.842.762 ações (R\$ 107.354), sendo o total de ações outorgadas, subtraída das ações prescritas de 17.576.902 ações (R\$ 166.060).

Programas	Outorgadas	Opções Prescritas	Opções Abandonadas	Opções Exercidas	Saldo de Ações
1P	11.910.909	5.067.255	469.539	6.374.115	10.555.812
2P	1.411.563	798.438	131.835	481.290	
3P	1.805.373	451.929	62.947	1.269.316	21.181
4P	2.736.000	696.000	19.423	2.016.677	3.900
5P	720.000	348.000	118.394	253.606	320.470
6P	5.090.000	2.251.200	1.85.248	663.262	3.075.790
7P	889.000	370.200	244.884	93.226	181.590
8P	983.000	378.400	43.432	383.514	177.654
9P	1.300.000	300.000		820.000	180.000
10P	1.105.779	344.000	39.000	340.000	382.779
11P	991.010	380.510	16.255	148.636	445.609
Total Geral	28.942.634	11.365.732	3.020.957	12.842.762	1.713.183

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações exercidas
31 de dezembro de 2016	10.555.812
31 de março de 2017	10.556.842
30 de setembro de 2017	11.375.594
30 de setembro de 2017	11.375.594
31 de dezembro de 2017	11.593.133
31 de março de 2018	11.593.333
30 de junho de 2018	12.772.667
30 de setembro de 2018	12.835.412
31 de dezembro de 2018	12.842.762

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Programa	Fin da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (I)	Expectativa de Volatilidade de Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre
----------	-----------------	--------------------	------------	-------------------------	--------------------------------------	----------------------	---------------------



No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi reconhecida provisão (R\$ 94 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 304.

(d) Programa Performance Share

Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% (três por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A. nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (vesting) ocorrendo anualmente.

Excepcionalmente, com relação ao 1º Programa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, o período de carência (vesting) para os primeiros 20% de ações restritas outorgadas se encerrará em 31 de dezembro de 2018, com a entrega das respectivas ações restritas aos beneficiários até 01 de abril de 2019, de modo que o período de carência (vesting) para cada um dos demais lotes de 20% se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, com a entrega das respectivas ações restritas até 01 de abril do ano subsequente.

Para o novo Plano de Outorga de Ações Restritas, o valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.658.

21. Resultado por ações

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	644.873	424.590
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	305.110	308.875
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	2.11358	1.37464

(a) Resultado por ações - diluído

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	644.873	424.590
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	305.110	308.875
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	1.516	964
Média ponderada ajustada de ações em circulação	306.626	309.839
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	2.10313	1.37036

22. Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Receita bruta presencial	4.889.860	4.722.732
Receita bruta EAD	894.308	688.014
	5.784.168	5.410.746
Deduções da receita bruta	(2.164.791)	(2.031.767)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.878.949)	(1.727.568)
Devolução de mensalidades e taxas	(11.706)	(7.910)
Descontos concedidos	(760)	(17.604)
Impostos	(155.760)	(152.425)
Ajuste a valor presente - PAR	(25.431)	(11.195)
Ajuste a valor presente - DIS	(8.110)	-
FGEDUC	(59.786)	(69.086)
Outros	(24.289)	(45.979)
	3.619.377	3.378.979

23. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Pessoal e encargos sociais	(1.160.341)	(1.312.676)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(41.307)	(41.866)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(243.583)	(250.601)
Correios e Malotes	(1.720)	(2.717)
Depreciação e amortização	(97.120)	(96.752)
Material didático	(6.572)	(10.760)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(56.432)	(61.741)
Outros(i)	(25.737)	-
	(1.632.812)	(1.777.113)

(i) Os valores referentes aos repasses a polos parceiros (R\$ 18.595) em 2017 eram classificados como dedução de receita operacional na rubrica "outros".

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 91.469 em 2018 (R\$ 122.324 em 2017) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

24. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas comerciais	-	-	(333.699)	(235.074)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(172.470)	(164.518)
Publicidade	-	-	(45.833)	(42.382)
Vendas e marketing	-	-	(1.044)	(1.587)
Outras	-	-	(553.046)	(443.561)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-
Pessoal e encargos sociais	(4.874)	(5.897)	(173.170)	(179.727)
Serviços de terceiros	(5.850)	(6.063)	(129.951)	(87.949)
Material de consumo	-	-	(2.033)	(2.689)
Manutenção e reparos	(71)	(60)	(38.140)	(45.385)
Depreciação e amortização	(13.092)	(16.484)	(98.265)	(97.520)
Convênios educacionais	-	(29)	(16.875)	(9.620)
Viagens e estadias	(123)	(244)	(7.245)	(8.748)
Eventos institucionais	(5)	(4)	(2.962)	(2.980)
Provisão para contingências	(110)	(171)	(103.222)	(96.310)
Cópias e encadernações	-	(2)	(3.733)	(5.421)
Seguros	(8.288)	(8.568)	(9.076)	(9.457)
Material de limpeza	-	-	(2.880)	(3.386)
Condução e transporte	(3)	(6)	(5.179)	(6.368)
Aluguel de veículo	-	-	(3.203)	(3.524)
Outras	(373)	(1.148)	(18.364)	(39.240)
	(32.789)	(38.676)	(614.298)	(598.324)

25. Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas com convênios	272	1.633	439	2.653
Receitas de aluguéis	-	-	9.308	9.287
Ganho (perda) de capital no imobilizado (i)	-	(14.044)	(646)	(24.326)
Provisão para perda venda da carteira(ii)	-	-	(55.486)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(143)	314	(829)	(4.084)
	129	(12.097)	(472.124)	(16.470)

(i) Em 2017, o saldo da controladora, refere-se, principalmente, à baixa por impairment do ágio de sua controlada Nova Academia. Em 2017, o saldo do consolidado, refere-se à baixa de imobilizado de unidades fechadas da empresa IREP e provisão para perda de imobilizado de imóveis entregues em 2018.

(ii) Valor referente a baixa integral da carteira de alunos vendida em anos anteriores, onde a Companhia não possui expectativa de realização.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso	-	-	32.243	28.248
Atualização contas a receber FIES	-	-	8.419	10.805
Rendimentos de aplicações financeiras	6.557	10.385	37.909	48.289
Atualização de créditos fiscais	2.026	3.043	5.930	10.194
Ajuste a valor presente FIES	-	-	-	13.194
Atualização PAR	-	-	3.729	-
Atualização DIS	-	-	3.248	-
Outras	-	-	851	7.129
	8.583	13.428	92.329	117.859

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(877)	(2.391)	(33.164)	(15.843)
Juros e encargos financeiros	(32.201)	(97.489)	(64.800)	(129.195)
Atualização da provisão para contingências	(6)	(1)	(31.564)	(12.728)
Descontos financeiros (i)	-	-	(62.450)	(54.763)
Varição monetária passiva	-	-	(5.499)	(6.561)
Gastos com empréstimos	(2.611)	(9.165)	(2.611)	(9.165)
Outras	(954)	(653)	(11.068)	(1.057)
	(36.649)	(109.699)	(211.156)	(229.312)

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27. Resultado por segmento de negócios

	Presencial		EAD		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Receita Operacional Bruta	4.889.843	4.722.761	894.325	687.985	5.784.168
(-) Deduções da Receita bruta	(1.813.224)	(1.732.308)	(351.567)	(299.459)	(2.164.791)	(2.031.767)
Receita Operacional Líquida	3.076.619	2.990.453	542.758	388.526	3.619.377	3.378.979
Custos dos Serviços Prestados	(1.556.320)	(1.718.266)	(76.492)	(58.847)	(1.632.812)	(1.777.113)
Pessoal	(1.109.145)	(1.255.607)	(51.196)	(57.069)	(1.160.341)	(1.312.676)
Aluguéis, condomínio e IPTU	(243.543)	(250.169)	(40)	(432)	(243.583)	(250.601)
Material didático	(6.505)	(10.291)	(67)	(469)	(6.572)	(10.760)
Serviços de terceiros e outros	(100.648)	(106.084)	(24.548)	(240)	(125.196)	(106.324)
Depreciação	(96.479)	(96.115)	(641)	(637)	(97.120)	(96.752)
Lucro bruto	1.520.299	1.272.187	466.266	329.679	1.886.565	1.601.866

28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	639.955	403.286	653.180	432.058
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(217.585)	(137.117)	(222.081)	(146.900)
Depreciação	1	(5)	(2.037)	(1.431)
Arrendamento	-	-	233	(1.112)
Ajuste a valor presente	-	-	(11.997)	615
Equivalência patrimonial	238.232	187.112	-	-
Amortização de ágio	(4.432)	(5.579)	(7.696)	(9.963)
Despesas não dedutíveis (i)	-	-	(3.381)	(2.789)
Opções outorgadas / provisão ILP funcionários	-	-	(3.364)	(2.568)
Prejuízo fiscal não constituído	(16.175)	(44.485)	(21.009)	(47.850)
Despesas com desmobilização	-	-	(1.474)	-
Provisão para contingências	(41)	(58)	(14.292)	(7.477)
PDD(ii)	-	132	(43)	(2.517)
Mensalidades a cancelar e a faturar	-	-	(9.929)	3.047

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de risco FIES	-	-	(355)	(540)
Provisão para perda no imobilizado	-	-	2.424	(2.424)
Outras	-	-	1.541	1.419
	-	-	(293.460)	(220.490)
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Incentivo fiscal - Prouni	-	-	229.107	175.123
Incentivo fiscal - Lei Rouanet	-	-	6.200	4.211
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	-	-	(58.153)	(41.156)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.
(ii) Refere-se a boleto em aberto que não obedecem aos critérios de dedutibilidade exigidos pela legislação tributária vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(58.153)	(41.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.471	5.509	48.530	21.293
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores	-	-	869	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - PERT(i)	447	15.795	447	12.395
	4.918	21.304	(8.307)	(7.468)

(i) Em 2017 as empresas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, IREP Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda, Sociedade Educacional Atual da Amazonia Ltda, Sociedade Universitária de Excelência Educacional Rio Grande do Norte Ltda, Sociedade Educacional da Amazonia Ltda, Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul Ltda, Unisaoluis Educacional Ltda, Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda, Assesc Sociedade Educacional da Amazonia Ltda, Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda e Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda aderiram ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) patrocinado pela Receita Federal do Brasil e, por consequência, liquidou saldos de IRPJ/CSLL a pagar no montante de R\$ 24.174, sendo R\$ 1.215 liquidados em dinheiro em cinco parcelas mensais a partir de agosto de 2017 e R\$ 18.864 em créditos de prejuízos fiscais próprios e da holding Estácio Participações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 131.390 (R\$ 56.440 em 31 de dezembro de 2017). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ajuste a valor presente	-	-	15.868	3.871
Provisão para contingências	98	58	43.152	28.860
PDD	-	-	31.362	4.899
Mensalidades a cancelar	-	-	12.019	2.090
Provisão para desmobilização	-	-	5.623	4.149
Provisão para perda no imobilizado	-	-	-	2.424
Fundo de comércio	-	(4.432)	(6.772)	(14.471)
Provisão risco FIES	-	-	7.121	6.766
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	31.126	27.763
Arrendamentos	-	-	(376)	(141)
Ágio incorporadas	-	-	(11.290)	(11.290)
Depreciação	13	13	2.663	626
Prejuízo fiscal	-	-	894	894
	111	(4.361)	131.390	56.440
Ativo	111	-	136.576	70.617
Passivo	-	-	(4.361)	(5.186)
	111	(4.361)	131.390	56.440

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2018 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa



Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10



Índice Brasil 50

Índice de Governança Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de Tag Along Diferenciado

ITAG



RRELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. ("Companhia" ou "Estácio"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estácio Participações S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas

Conforme indicado nas notas explicativas 2.20a e 22, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receitas demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensaldades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensaldades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; e (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.20 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 29% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Estácio sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 as demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

Conforme indicado na nota explicativa 16, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Estácio, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas. Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do *aging list* e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-06
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

www.estacio.br